

## VENEZUELA, DEMOCRACIA E MILITARISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

*VENEZUELA, DEMOCRACY AND MILITARISM: A CRITICAL ANALYSIS*

**José Alberto Antunes de Miranda<sup>1</sup>**

**SUMÁRIO:** Introdução; 1 Evolução do estado Venezuelano; 2 O início do fracasso do projeto republicano; Considerações finais; Referências das fontes citadas.

### **RESUMO**

A história da Venezuela registra algum de seus principais movimentos atuais. A ordem política Venezuela nunca deixou de ser conturbada, mascarada por uma democracia instituída a partir de pacto de elites sob forte influência de setores militares que nunca permitiram a incluir socialmente parte de sua população. O objetivo desse artigo é analisar a evolução do fracasso do projeto republicano venezuelano a partir da análise histórica dos governos antecedentes ao fracasso do regime bolivariano. Realizou-se um estudo com base em pesquisa bibliográfica e documental a partir da análise das ações desses governos no âmbito de seus sucessivos projetos político-democráticos. Concluiu-se que a Venezuela nunca chegou a consolidar o seu processo democrático. O processo de tomada de decisão, fortemente concentrado no executivo ao longo de anos reflete no processo de "accountability". O projeto republicano venezuelano fracassou sob forte característica centralizadora em não permitir o diálogo democrático.

**Palavras-chaves:** Venezuela; Democracia; Militarismo; Ordem Política.

### **ABSTRACT**

*The history of Venezuela registers some of its main current movements. The political order in Venezuela never ceased to be troubled, masked by a democracy instituted from a pact of elites under from the strong influence of its military sectors, that never allowed to include part of the population. The objective of this article is to analyze the evolution of the failure of the Venezuelan republican project from the historical analysis of the governments antecedent to the failure of the Bolivarian regime. A study was carried out based on bibliographical and documentary research from the analysis of the actions of these governments in the scope of their successive politico-democratic projects. It can be concluded that Venezuela never consolidated its democratic process. The decision-making process, strongly focused on the executive over the years, reflects in the process*

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em Relações Internacionais pela UFRGS. Graduação em Direito pela Universidade Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Professor permanente do Curso de Mestrado em Direito e Sociedade e do Curso de Relações Internacionais da Universidade La Salle – UNILASALLE. Assessor de Assuntos Interinstitucionais e Internacionais da Universidade La Salle, Av. Victor Barreto, 2288, Canoas, RS, Brasil. E-mail: [jose.miranda@unilasalle.edu.br](mailto:jose.miranda@unilasalle.edu.br), Tel.: 34768618.

*of accountability. The Venezuelan republican project failed under a strong centralizing feature in not allowing democratic dialogue.*

**Keywords:** Venezuela; Democracy; Militarism; Political Order.

## **INTRODUÇÃO**

Os antecedentes que marcam a evolução da Venezuela como nação ao longo de sua história registram algumas das principais características de seu comportamento. Os rumos atuais por que passa esse país em termos de sustentação da democracia, da credibilidade de sua Constituição e perturbadoras violações dos direitos humanos indicam um rumo nebuloso para o futuro da Venezuela.

A ordem política venezuelana pode ser considerada como produto de resultados acumulados na execução dos seguintes projetos de poder: a integração nacional (1900–1936), a modernização do Estado (1936–1941), a abertura política (1941–1945), a primeira tentativa democrática, (1945–1948), o desenvolvimentismo militar (1948–1958), a democracia de consensos (1958–1983), a reforma do Estado (1984–1993), e por último, a revolução bolivariana (1998 até nossos dias).<sup>2</sup>

Desde a independência da Venezuela, a centralização do poder e a conformação do Estado nacional tornou-se um processo evolutivo e complexo com avanços e recuos. Manifestou-se desde um caudilhismo<sup>3</sup> retrógrado e desarticulado a intenções modernizantes.<sup>4</sup> Os presidentes que se sucederam a Juan Vicente Gómez, Eleazar Contreras, Isaías Medina Angarita, Rômulo Betancourt, Rômulo Gallegos e a década militar associada ao nome de Marcos Perez Jimenez levaram

---

<sup>2</sup> STAMBOULI, Andrés. **La política extraviada**: una historia de Medina a Chavez. Caracas: Fundacion para la Cultura Urbana, 2005, p. 18.

<sup>3</sup> O caudilhismo é um conjunto de regras políticas baseadas inteiramente na força, foi a expressão da fragilidade do aparato governamental e deixou uma marca profunda na formação do Estado venezuelano. Em virtude da fraca existência de instituições políticas, sociais e administrativas, milícias auto organizadas e seus líderes eram a única forma de autoridade no passado. Elas foram responsáveis pela formação pelos governos locais e regionais (GILMORE,1964).

<sup>4</sup> MELEÁN, Rafael Simon Jimenez. **50 anos de política exterior de Venezuela 1908-1958**. Caracas: El Centauro Ediciones, 2006, p. 16.

o país a desenvolver um importante papel como ator, inclusive, na comunidade internacional.

Do período de 1945 a 1958, dilemas da nação venezuelana se apresentaram com relação aos modelos de desenvolvimento e hegemonia que se polarizaram em duas tendências: uma modernizadora mas gradualista e, até em alguns momentos restritiva, que pretendia submeter o processo de desenvolvimento ao controle das elites ou das forças armadas como guia da Nação; outra considerada populista reivindicava o voto universal e a constituição de partidos modernos como forma de se atingir uma modernização ampla e democrática.<sup>5</sup>

Juan Vicente Gómez instituiu uma ditadura de 27 anos. O nacionalismo pregado pelo governo anterior foi substituído por um novo estilo onde a prudência, complacência e negociação e a aproximação com as grandes potências contribuíram para a longa permanência do novo regime. Gómez manteve uma política de aproximação e criação de condições para que o capitalismo internacional valorizasse a Venezuela como um bom destino para os seus interesses e investimentos. Um pacto político-militar logo foi fixado para respaldar o novo governo. Ele era conformado pelos representantes dos caudilhos que lideravam as distintas facções atuantes. Esse mesmo pacto logo sofreria uma ruptura, pois o general Gómez não permitiria ambições de alternância de poder.

De acordo com Trinkunas, apesar de ter unificado o país, os militares que estavam no poder e que davam suporte ao general Gomez não eram considerados profissionalizados, mas sim uma aglutinação de seguidores, recrutados através de um sistema clientelista de políticos partidários e membros de família leais ao ditador. O General utilizou-se desses leais partidários para o gerenciamento da administração pública e defesa de seu governo frente aos opositores. Ao mesmo tempo, o general também decretou a criação de uma burocracia militar profissional que permitia um contrabalanço. Esse novo modelo de forças armadas estava organizado em princípios Weberianos de racionalidade, mérito e avanços

---

<sup>5</sup> HOFMEISTER, Wilhelm (Comp.). **Liderazgo político en America Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002, p.85.

através da educação profissional. Pelos próximos 25 anos essas duas lógicas militares competiram na Venezuela, uma baseada em militares seguidores e outra baseada nas normas profissionais burocráticas.<sup>6</sup>

Essa é uma característica que acompanha a relação entre os militares e governo até hoje identificadas nos militares que se vinculam mais às características do mandatário e aqueles vinculados ao profissionalismo do estamento militar de Estado.

O petróleo constituiu fator de grande relevância a partir do governo Gómez para a economia venezuelana.<sup>7</sup> Impulsionou importantes mudanças domésticas e teve um significado especial na articulação do país no sistema internacional. Também foi o petróleo que sustentou Juan Vicente Gómez no poder por tantos anos até sua morte em 1935. O petróleo deu solidez às finanças públicas venezuelanas presas tradicionalmente às variações cíclicas da economia agropecuária, o que permitiu naquele momento ao país acumular recursos suficientes para empreender a modernização e a integração.<sup>8</sup>

A modernização do Estado venezuelano e a conseqüente dependência com relação ao petróleo é um crítico fato histórico no caso da Venezuela. A partir do momento que a indústria petroleira se instala no país, as demandas da produção de petróleo para exportação moldaram as instituições do Estado, a evolução da economia, a emergência de classes sociais, e a hora e direção das mudanças de regimes. Todos os importantes desenvolvimentos no país com a introdução da indústria petroleira

---

<sup>6</sup> TRINKUNAS, Harold. **Crafting civilian control of the military in Venezuela**: a comparative perspective. Chapel Hill: North Caroline Press, 2005, p. 30.

<sup>7</sup> A Venezuela nesse período de converteu em destino preferencial para os investidores em petróleo durante as primeiras décadas do século XX, quando deixaram de investir no México pela revolução que se desencadeou por lá, chegando a controlar mais de 70% da produção petrolífera (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p.185)

<sup>8</sup> As reservas de petróleo da Venezuela estão distribuídas ao longo de seis bacias e uma faixa petrolífera. São elas a Bacia do Golfo da Venezuela, a do lago Maracaíbo, a Falcón, a Barinas e Apure, a Cariaco, a Oriental e a da Faixa do Rio Orinoco. As bacias do Maracaíbo e a da Faixa do Orinoco são as mais importantes.

foram condicionados pela conexão de uma política econômica doméstica fraca com as forças mais poderosas da economia internacional.

A mistura do personalismo e das preocupações do regime não deve ser confundida com a instituição de uma lógica burocrática autônoma ou "*raison d'état*". O novo status do país como exportador de petróleo trouxe importantes mudanças administrativas e legais para o Estado. O mandatário não tardaria a compreender que a competição com as grandes multinacionais do petróleo a seu favor aumentaria seu poder pessoal. O executivo, através de sua autoridade negociava diretamente com as multinacionais petrolíferas muitas vezes sem a intervenção do parlamento.<sup>9</sup>

A transformação das forças sociais antigas e a criação de novos interesses baseados na indústria petrolífera permitiram a crescente dependência do petróleo. Em menos de uma década, o petróleo tornou-se o fator mais importante de economia venezuelana. Essa mudança para uma economia sustentada no petróleo trouxe como resultado os efeitos previsíveis da "*Doença Holandesa*", atrasando a industrialização do país e aumentando o declínio da agricultura.<sup>10</sup>

## **1 EVOLUÇÃO DO ESTADO VENEZUELANO**

Nos anos 30, o Estado venezuelano era uma entidade relativamente simples. Era derivado de uma ação governamental dirigida quase que exclusivamente à concentração de poder, mediante a conformação de um exército nacional e unificação das administrações públicas. Lopez Contreraz deu o primeiro passo em

---

<sup>9</sup> As leis instituídas no governo Gómez com relação ao controle do petróleo culminaram na Lei do Petróleo de 1922. Representou uma mudança fundamental de poder da iniciativa privada para o Estado e uma nova definição qualitativa da jurisdição do país, pois no passado, embora a Venezuela garantisse muitas condições de direitos de exploração do sub-solo para nação, na prática, a iniciativa privada possuía o direito de obter concessões em suas participações desde 1885.

<sup>10</sup> O que se define como "doença holandesa" é quando a predominância da exploração de recursos naturais abundantes tende a inibir o desenvolvimento de outros setores produtivos. Nesse sentido, os Estados se tornam muito dependentes da receita adquirida por meio da exportação de um tipo de *commodities*, ficando totalmente dependentes de uma cultura "rentista" que permeia o conjunto dos sistemas político e econômico (KARL, 1997, p. 44).

direção a uma ordem mais institucionalizada, reconhecendo direitos sociais e políticos, reivindicado pelas novas forças sociais emergentes.<sup>11</sup>

No governo de mais um militar, o General Isaías Medina Angarita (1941-1945), a noção do estado minimalista irá diminuir de uma vez por todas. A partir da conferência de 1944 entre o setor privado e governo se fundou a Fedécamaras, importante representação do setor privado ligado à indústria e comércio que exerceu influência nas decisões de política externa na Venezuela a partir de então.<sup>12</sup> Foi no governo de Isaías Medina Angarita que a Venezuela tornou-se um Estado petrolero.

No período da Segunda Guerra Mundial havia um consenso interno ante a necessidade do aumento da jurisdição do Estado. O desenvolvimento econômico e social promove a formação e mobilização de novas forças, grupos e organizações que optam por ocupar um espaço na estrutura de participação política. Isaías Medina Angarita se distanciou aos poucos dos setores gomecista e militarista tradicional. Manteve uma atitude civilista renunciando ao uso, até então sempre consagrado, do uniforme militar, governou com métodos liberais, democráticos e modernizantes. O governo de Isaías Medina procedeu uma política de abertura política significativa mediante a legalização dos partidos Ação Democrática e Partido Comunista Venezuelano, cujos líderes e dirigentes haviam sido perseguidos anteriormente.

Em 25 de Maio de 1945, instala-se a Terceira Convenção Nacional do partido Ação Democrática que tratou ou para tratar de sucessão presidencial. Com Medina, o sistema de poder se abriu à participação das forças sociopolíticas emergentes ao legalizar o funcionamento dos partidos políticos, começando com o partido Ação Democrática. Por outro lado, houve um racha na base política e militar que sustentava o governo. Medina acabou se afastando dos problemas militares,

---

<sup>11</sup> A reforma constitucional de 1936 reconheceu os direitos políticos e sociais dos cidadãos, promulgou a primeira lei do Trabalho e, pela primeira vez, instituiu limitação do poder no exercício da Presidência da República delimitando 5 anos de exercício sem possibilidade de reeleição.

<sup>12</sup> Federação das Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela.

principalmente os que foram determinantes na conjuntura conspirativa que se estabeleceu antes de sua saída do poder.

Rômulo Betancourt, que sempre havia censurado e reclamado do caudilhismo e do militarismo, como subprodutos da miséria e do atraso, assim como fatores determinantes da opressão e negação dos direitos e liberdades públicas, viu sua mensagem ultrapassar os portões dos quartéis. Acabou por sintonizar com os propósitos de mudanças que se manifestavam na instituição castrense através do movimento de oficiais que instituiu a União Patriótica Militar. A partir disso, um novo governo colegiado se formou, tendo como líder Rômulo Betancourt, além de outros dirigentes como Raul Leoni, Luis Beltrán Prieto e Gonzalo Barrios e os representantes militares Coronel Carlos Carlos Delgado Chalbaud, o Capitão Mario Vargas e o médico Edmundo Fernandez.<sup>13</sup>

O jovem partido Ação Democrática, representante da nova classe média, e alguns militares descontentes com o regime anterior governaram por 15 anos, sendo derrubados a seguir pelas forças armadas. Durante esse período, o governo deu os primeiros passos no sentido de demonstrar como a democracia poderia fortificar o estado petroleiro <sup>14</sup>. O programa multiclasse instituído exigiu um Estado intervencionista, um compromisso refletido na constituição de 1947 <sup>15</sup>. Além do mais, o “Triênio”, como era chamado o período de governo rapidamente estendeu o papel do Estado praticamente dobrando o número das empresas estatais e institutos.

---

<sup>13</sup> MELEÁN, Rafael Simon Jimenez. **50 anos de política exterior de Venezuela 1908-1958**. Caracas: El Centauro Ediciones, 2006, p. 230-237.

<sup>14</sup> O Ação Democrática instituiria a base programática para aumentar a jurisdição do Estado. O novo partido reformista tinha intenção de unificar os mais necessitados do declinante setor agrário com o novo setor militante da classe operaria petroleira, assim como a emergente classe média industrial de Caracas. O Ação Democrática abraçou a ideologia de disseminação do petróleo como forma de proteger a industrialização semeando alianças entre forças sociais que competiam (KARL, 1997, p. 95).

<sup>15</sup> O artigo 73 da Constituição de 1947 garantia ao Estado venezuelano o direito a reservar industrias específicas para si e ao mesmo tempo planejar e racionalizar a produção.

É interessante se observar a falta de capacidade do governo civil na época em gerenciar os assuntos militares, permitindo, assim, que as forças armadas agissem sem constrangimentos. Em consequência, os militares adquiriram controle sobre as posições seniores das forças armadas, fazendo com que os líderes da facção tecnocrática autoritária fossem capazes de implementar medidas de reformas militares que iriam fortalecer a autonomia da instituição e limites jurisdicionais. Todas essas reformas permitiram que os tecnocratas autoritários no alto comando consolidassem o seu controle sobre os oficiais e posições na corporação, fixando poder a partir de um governo. As relações entre o Estado venezuelano e a sociedade civil, a partir de 1958, foram alteradas logo após a caída da ditadura. Os novos atores que surgiram representavam as novas instâncias sociais - a igreja, o empresariado, os partidos políticos, os intelectuais, e grupos militares que não encontraram capacidade de respostas as suas inquietações no governo ditatorial. O processo de centralização de poder fixado por Perez Jimenez levou a uma situação de divórcio radical entre o Estado e a sociedade.

Os novos atores em um ato de vontade política negociadora concentraram suas particularidades em função da construção de um consenso político nacional que permitiria estabilizar a democracia representativa de maneira inédita até então.

O Pacto de Punto Fijo foi subscrito um pouco antes das eleições de 1958 por três dos quatro partidos da época AD (Ação Democrática), COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente) e URD (União Republicana Democrática). Foi o reconhecimento da presença, atuação e interesse de todos os setores participantes que o Pacto de aliança decidido pelos envolvidos teve aceitação.<sup>16</sup>

Por este acordo, os partidos de esquerda foram excluídos do pacto democrático e também os militares. Na época, havia sido então criado uma aliança entre os partidos AD, COPEI e URL. O Pacto de Punto Fijo dividia o poder entre esses

---

<sup>16</sup> STAMBOULI, Andrés. **La política extraviada**: una historia de Medina a Chavez. Caracas: Fundacion para la Cultura Urbana, 2005, p. 125.



partidos, operando em forma de Redes patronais multiclasse.<sup>17</sup> Esses partidos tinham dificuldade em reunir-se acabando por ficar isolados. Depois de um período inicial de incertezas, marcadamente pelos desafios e anti-insurgências da esquerda ou da direita, a democracia pós-1958 tornou-se estável sob o domínio de dois partidos dominantes que competiam o AD e o COPEI.<sup>18</sup>

O acordo que instituiu o sistema democrático a partir de Punto Fijo estava sustentado sob duas bases: primeiro, na fixação da renda petrolífera para as necessidades de demandas setoriais, corporativas e privadas dos principais atores da cena política, o que incluía parte da organização militar e, segundo, a própria nova engenharia política institucional. A nova estrutura institucional, que estava sendo constituída a partir das regras eleitorais encaminhava a predominância dos dois maiores partidos o *Acción Democrática* e o *COPEI* que passariam a dividir o poder com alternâncias durante quarenta<sup>19</sup> anos.<sup>20</sup>

O Pacto de Punto Fijo foi o instrumento fundamental para resolução da crise de governabilidade da sociedade venezuelana. O pacto contemplava a substituição das pautas de confrontação interpartidistas que caracterizaram a experiência democrática fracassada do triênio de 1959 a 1969. O novo sistema de conciliação estabelecia um compromisso entre as forças sociais heterogêneas, encarregadas de manter a coesão social e assegurar a estabilidade da nova conformação política

---

<sup>17</sup> Os acordos estimulados no Pacto de Punto Fijo foram previstos em cinco documentos. O primeiro foi o comunicado feitos pelos líderes do AD, COPEI e URD no exílio na cidade de Nova York. O segundo documento era o *Avenimiento Obrero-Patronal* (Acordo entre trabalhadores e patronato) assinado em abril de 1958 pela ala trabalhista dos quatro partidos políticos, incluindo o partido comunista venezuelano e a Federação de Negócios. Os partidos, o empresariado e a igreja concordaram com o terceiro e quarto documentos pouco antes das eleições nacionais de 1958. O último documento a Declaração de Princípios e o Programa Mínimo de Governo instituiu limites a política econômica entre o Setor Público e o Privado (MCCOY; MYERS, 2004, p.17).

<sup>18</sup> MCCOY, Johns; MYERS, David. **The unraveling of representative democracy in Venezuela**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

<sup>19</sup> De 1958 a 1998 a presidência da Venezuela foi comandada: pelo *Acción Democrática* por Rômulo Bettancourt (1958); Raul Leoni (1963); Carlos Andrez Perez (1973) e Jaime Lusinchi (1983); e pelo *COPEI* com Rafael Caldera (1968) e Luis Herrera Campis (1978).

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Renata Peixoto. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, democracia e a política externa de Hugo Chavez (1999-2010). 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011, p. 41.

que se estruturava.<sup>21</sup> É importante se destacar que o processo de conciliação não esteve livre de contradições. O Partido Comunista da Venezuela e o Movimento de Esquerda Revolucionária acabaram excluídos do Pacto, sendo levados à luta armada. O movimento guerrilheiro acabou fracassando, sendo os seus protagonistas reincorporados à vida política legal no país.

O governo de Rômulo Betancourt (1959-1964) inicia com um relativo bom quadro de governabilidade. A moderação foi uma característica desse governo, buscando o entendimento com as elites empresariais e militares. O projeto de governo foi desenhado em cima do Plano de Barranquilla de natureza social democrata em 1931.<sup>22</sup>

Um novo aspecto da representação de interesses no período democrático se deu através do estabelecimento de uma rede semi-corporativista de comissões e organizações. Padrões de acesso ao processo de decisões junto ao Estado que haviam sido desenhados no período do Triênio foram gradualmente sendo institucionalizados especialmente no setor estatal de empreendimentos. Pela primeira vez, associações privadas tinham status público formal. O regime democrático passava a fornecer status legal aos interesses no processo decisório desses setores que haviam dado suporte à transição para democracia,

---

<sup>21</sup> O modelo de setor privado instituído na era do Pacto de Punto Fijo originou-se de duas importantes mudanças no meio dos anos 30. A primeira, a abertura democrática incluía duas dimensões: uma maior participação de grupos da sociedade civil, incluindo setores da elite privada e o desenvolvimento institucional. O desenvolvimento institucional ocorreu, como já mencionado anteriormente, quando o Estado estabeleceu a profissionalização dos militares e criou um importante número de instituições públicas. Enquanto isso, os trabalhadores, com ajuda dos partidos políticos constituíram a Confederação dos Trabalhadores de Venezuela (CTV). Alguns anos depois os interesses do setor privado formaram uma confederação de negócios a FEDECAMARAS. A segunda mudança refletiu o aumento da importância do setor do petróleo (MCCOY ; MYERS, 2004, p. 76-77).

<sup>22</sup> O Plano Banrranquilla era um documento analítico com orientação anti-imperialista, contra a prática do latifúndio e era nacional revolucionário. O documento fazia uma análise da realidade venezuelana ante questões como a aliança com o capital estrangeiro e o latifúndio. Foi a partir desse documento que Rômulo Bitancourt enfrentará uma relação de conflito com os comunistas. O partido Ação Democrática nasceu a partir desse documento. O documento também afirma a necessidade dos partidos políticos na Venezuela desempenharem um papel fundamental nos processos de mudanças para o país (FRACISCO, 2007, p. 28-29).

especialmente o setor de negócios através da Fedecamaras e dos trabalhadores na CTV e em alguns grupos profissionais.<sup>23</sup>

A volta do Ação Democrática ao poder promoveu ações nacionalizantes no setor do petróleo. A Venezuela nacionaliza a PDVSA (Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima), tornando-a um modelo de companhia estatal. Nesse período, o país havia se tornado o terceiro país exportador de petróleo para os Estados Unidos. O governo Perez se utilizou da crescente produção do petróleo para ressuscitar o sonho Bolivariano de unidade hemisférica. Da mesma forma, no período, o governo procurava exercer influência em algumas regiões da América Latina e Caribe a partir da assistência financeira a bancos e agências de financiamento.

A administração Perez, em cinco anos, iria receber mais impostos fiscais que todos os outros governos venezuelanos desde 1917 combinados. O salto da produção e renda do petróleo expandiu a jurisdição do Estado e enfraqueceu a sua já frágil autoridade, pois, ao mesmo tempo que o bom momento econômico proporcionado pelo petróleo criava novos papéis e responsabilidades para o Estado, minava qualquer eficácia que tinha sido previamente adquirida, assim como a legitimidade do pacto democrático. O boom do petróleo naquele momento não permitiu enxergar as consequências desastrosas duas décadas depois. A combinação da "bonanza" do petróleo e a massiva vitória eleitoral de Pérez promoveram a noção de que o governo tinha recursos econômicos e políticos para alcançar qualquer coisa que desejasse.<sup>24</sup>

O "boom" econômico provocado pelo petróleo transformou instantaneamente a estrutura institucional do processo decisório na Venezuela. O impacto desse processo na economia doméstica foi bastante forte. Entre 1972 a 1975, a renda

---

<sup>23</sup> É importante lembrarmos que os atores políticos também são influenciados pelas preferências dos grupos de interesse. Esses grupos, dependendo do grau de abertura do governo para o diálogo, assim como, das variáveis institucionais e do tipo de regime podem influenciar nas decisões governamentais (FIGUEIRA, 2011).

<sup>24</sup> O aumento dos preços do petróleo em quatro vezes entre 1973 a 1974 foi sem precedentes na história da Venezuela. Entre 1973 e 1975 a média do preço do petróleo por barril pulou de \$2,10 para \$ 10.90 dólares, um aumento de 419 por cento. A renda fiscal por barril exportado de petróleo aumentou de \$1,65 para \$9,68 no mesmo período, um aumento de 587 por cento. As reservas internacionais saltaram de \$ 1,7 bilhões para \$ 8.9 bilhões (VENEZUELA, 2011a).

fiscal do país mais que triplicou. Em 1976, a renda per capita chegava próximo a da Alemanha ocidental e era duas vezes maior que a da Itália. Ainda assim, o bom momento econômico provocado não foi o único fator que ocasionou mudanças no processo de tomada de decisão institucional. A vitória expressiva de Perez nas eleições de 1973 alterou a distribuição de poder, diminuindo a necessidade de interação entre o Congresso e o Executivo.<sup>25</sup>

A administração de Jaime Lusinchi (1984-1989) trouxe a clara percepção de que o modelo político-econômico instituído desde o Pacto de Punto Fijo apresentava sinais de esgotamento. A partir dessa percepção, se cria uma Comissão Presidencial para a reforma do Estado, chamada de COPRE, com o propósito de avaliar os êxitos do modelo estabelecido como projeto nacional a partir de 1959, que havia sido compartilhado por todos os atores do sistema político do momento, como empresários, militares, partidos políticos, grêmios, sindicatos e igreja. O modelo de "Estado rentista" chegava ao fim.

Com a volta ao poder de Carlos Andrés Perez (1989-1994), a articulação política esteve condicionada à queda dos preços do petróleo, com exceção dos anos de 1980 e 1981, ao impacto da dívida externa e dos condicionantes prescritos pelo Fundo Monetário Internacional e ainda a desvalorização do bolívar.<sup>26</sup>

No âmbito doméstico, a crise pelo qual passava o governo deixou marcas. Em fevereiro de 1989, dia conhecido como "sexta negra", ocorreu a desvalorização do bolívar, sinalizando o início de uma grande crise material, mas também ideológica do qual o país jamais iria se recuperar. As violentas manifestações chamadas de "Caracazo" romperam pelas principais cidades do país, pontuando, assim, o fim do chamado sistema populista de reconciliação.

---

<sup>25</sup> Até 1973 cada presidente era forçado a negociar e assumir compromissos com o Congresso. Apesar do Congresso ser considerado fraco, sua força, em cada administração, estava sustentada pelas coalizões instituídas (KARL, 1997, p.121)

<sup>26</sup> A renda do petróleo já não era mais considerada suficiente para manter a economia venezuelana, a dívida externa preocupava, acusações de corrupção aumentavam em diferentes instâncias do poder público. O governo orientou sua estratégia econômica atendendo as necessidades do mercado, aplicando principalmente ideias neoliberalizantes.

O suporte até então existente entre a classe trabalhadora e o Estado venezuelano começava a enfraquecer. A difícil situação econômica levou as massas populares para as ruas provocando fortes protestos e reações agressivas como saques, incêndios, levantes de barricadas e depredações por todo o país. O exército foi chamado a restabelecer a ordem.<sup>27</sup>

O governo Perez iniciou reformas por meio de ajustes e uma reestruturação econômica conhecida como *El Gran Viraje* onde instituiu algumas reformas para modernizar o Estado e o sistema político da Venezuela. O programa visava restabelecer o equilíbrio macrofinanceiro da economia do país no sentido de normalizar sua relação com o sistema financeiro internacional e que promovesse a renegociação da dívida externa. Além disso, o plano visava reorientar a economia venezuelana para uma maior competitividade internacional através do aumento da produtividade interna utilizando a estratégia de desenvolvimento baseada na promoção do crescimento para fora. E ainda o plano visava à reestruturação institucional do Estado para uma democracia mais descentralizada.<sup>28</sup>

As consequências da implementação desse plano foram socialmente bastante custosas ao país, demonstradas imediatamente nas manifestações do Caracazo em 1989. O aumento dos preços da gasolina e transporte público foi o estopim para o início nas manifestações de descontentamento que vinha sendo postergada já desde o governo Herrera Campis e Lusinchi.

Outra importante ação que ocorreu durante o governo Perez no âmbito doméstico foi a tentativa de golpe de 3 de fevereiro de 1992, quando parte das forças armadas, sob a liderança do regimento de paraquedistas, liderados pelo coronel Hugo Chávez Frias tentaram derrubar o governo. Apesar do sucesso inicial dos

---

<sup>27</sup> As manifestações do *Caracazo* duraram cinco dias, causando muitas mortes desde o início dos protestos com a tomada de edifícios públicos, saques e enfrentamentos que se agregaram às tradicionais formas de luta social, como motins e protestos. Isso tudo provocou o surgimento de novos movimentos sociais e o restabelecimento de outros movimentos sociais que já atuavam na cena pública da Venezuela. A nova forma de manifestação que se inaugurava refletia o distanciamento dos partidos e sindicatos em responder aos anseios dos setores sociais que passavam a responder por si mesmos. (MAYA, 2002, p.13-14).

<sup>28</sup>ROMERO, Maria Teresa. **Política exterior venezolana: el proyecto democrático, 1959-1999.** Caracas: Los Livros el Nacional, 2009, p. 133.

insurgentes em atingir os objetivos planejados, não foram rápidos o suficiente para realizá-lo, forças leais ao governo impediram o golpe. Conforme Trinkunas (tradução nossa)<sup>29</sup> “[...] para muitos que imaginavam que a Venezuela tinha uma democracia consolidada, a tentativa de golpe de 1992 foi uma grande surpresa, apesar daqueles que estavam familiarizados com a deterioração do regime democrático não compreenderem como o golpe não foi vitorioso.”<sup>30</sup>

O período que vai dos anos setenta aos noventa, as forças Armadas da Venezuela viveram um período de deterioração institucional que se caracterizou por vários processos que se entrelaçaram como: a influência dos partidos nas instituições, especialmente nos mecanismos de ascensão da alta hierarquia e corrupção administrativa. Os pactos entre os atores políticos que haviam fundado a democracia depois de 1958 deram ao setor militar uma grande autonomia para distribuírem seus recursos internos, diminuindo assim o controle civil. Também era frequente o uso da tropa, equipes e materiais militares para fins pessoais da alta oficialidade. O descontentamento de alguns setores militares também se dava em virtude da deterioração causado pela inflação nos soldos das camadas mais baixas de militares. Críticas na forma como se davam o manejo da instituição militar surgiram por parte de um grupo de oficiais médios que se agrupavam em torno do coronel Hugo Chávez Frias.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Do original em Espanhol.

<sup>30</sup> O ceticismo por parte da população e dos atores excluídos tornaram-se severos depois de trinta e cinco anos de populismo e clientelismo dos programas governamentais minando qualquer tentativa de fortalecimento dos interesses dos partidos. No caso particular das forças armadas, os salários e benefícios dos militares declinaram. Em 1983 um coronel ganhava na Venezuela um salário equivalente a \$4.000 dólares. Já em fevereiro de 1992 ganhava mal \$400 (TARRE, Briceño, 1994, apud TRINKUNAS, 2005, p. 157).

<sup>31</sup> HOFMEISTER, Wilhelm (Comp.). **Liderazgo político en América Latina**, p. 93.

## 2 O INÍCIO DO FRACASSO DO PROJETO REPUBLICANO

Chega-se ao governo de Rafael Caldera (1994-1999) que chegou pela segunda vez à Presidência em um contexto sócio-político de fragmentação e decadência do Estado venezuelano.

No âmbito doméstico, todas as tentativas de Rafael Caldera para resistir à ortodoxia econômica foram inúteis, sendo obrigado a implementar programas de ajuste e estabilização trazendo muitas dificuldades à população. As tentativas de reforma constitucional também não se seguiram ante à falta de maioria no parlamento, levando a popularidade do governo ao desprestígio e como um todo do regime democrático anterior. Todas essas condições abririam espaço para o ingresso na cena política de um discurso de ruptura radical que seduziria a nação.

Desde a constituição do Estado moderno venezuelano, a influência política do setor militar é uma constante que se expressa em acordo tácitos militares-civis e militares-políticos.<sup>32</sup> Quer dizer, ante o poder político evidenciado ao longo do século XX pelo setor castrense, não foi possível para a sociedade civil venezuelana lograr sua institucionalização de maneira racional e positiva.<sup>33</sup>

Por relações civis e militares se entende aquelas que se estabelecem entre a sociedade em geral e esse pequeno segmento, os militares, que se atém a sua defesa.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> Sobre a teoria das relações civis-militares e o controle civil é interessante consultar o livro de Eliot A. Cohen *Supreme Command. Soldiers, Statesmen and Leadership in Wartime*, New York: the free press, 2002, p-225-248.

<sup>33</sup> Segundo José Olmeda (2005), é característico na América Latina por razões históricas o papel desenvolvido pelo setor castrense ibero-americano no processo de formação de seus respectivos estados nacionais contemporâneos. É importante que os governos da América Latina atendam com bons resultados aspectos relacionados à coesão social, superação da corrupção, da violência social para assim evitar o risco de uma confluência entre um populismo difuso e forças armadas caracterizadas por crises profissionais de suas elites dirigentes (OLMEDA, 2005, p.67).

<sup>34</sup> IRWIN, Domingo. *Clio y las relaciones civiles y militares venezolanas*. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Problemas militares venezolanos: FANB y democracia em los inicios del siglo XXI**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009, p.8.

O fortalecimento institucional do exército venezuelano, nas primeiras décadas e meia do século passado, se deu pela conformação de uma espécie de burocracia estatal clientelar civil, expressão do setor proprietário venezuelano. Ambos, militares e civis, eram dependentes dos vultosos ingressos governamentais vindos da exportação do petróleo. Esse fenômeno ajudou a destruir a formação de potenciais instituições políticas representativas de uma autêntica república liberal.<sup>35</sup>

O projeto civilista lançado pelo Triênio (executivo colegiado), só foi ter forma no fim dos anos setenta, em um contexto muito favorável devido a alta dos preços do petróleo e em consequência, a prosperidade econômica do país. Foi nesses anos que se iniciou a simbiose entre civis e militares, assim como, uma fase de acomodação em que os militares redefiniam tanto o seu papel institucional como seus meios de expressão. As forças armadas se modernizam profissionalizando-se, renunciando o seu caráter pretoriano que veio a aparecer novamente no final do século, com a tentativa de golpe de Estado de 1992, protagonizada por Hugo Chávez<sup>36</sup>, e a radicalização do regime chavista, a partir do ano de 2001, com a promulgação das chamadas leis habilitantes e, sobretudo em 2002, depois de outra tentativa de golpe, desta vez contra o próprio presidente Hugo Chávez.<sup>37</sup>

Em matéria de relações civis e militares e de segurança e defesa, analisar a constituição nacional da Venezuela é fundamental porque é o máximo texto jurídico que impõe aos militares os limites de sua intervenção política e o controle sobre a utilização da força e da violência.

---

<sup>35</sup> IRWIN, Domingo. Presentación El pretorianismo venezolano del siglo XXI una perspectiva Historica. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Pretorianismo venezolano del siglo XXI: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2007, p.10.

<sup>36</sup> Dentre as críticas à nova Constituição instituída pelo governo Hugo Chávez, destaca-se a excessiva concentração de poder nas mãos do presidente, que passou inclusive a ter o poder de legislar por meio da *lei habilitante* a respeito de qualquer matéria.

<sup>37</sup> LANGUE, Frederique. ¿Encanto populista o revolución continental? el proyecto bolivariano de Hugo Chávez entre dos siglos. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. **Problemas militares venezolanos: FANB y Democracia em los inicios del siglo XXI**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009. p. 133-167, p.147.



O texto da Constituição de 1961 foi estabelecido de acordo com a filosofia política do *Pacto de Punto Fijo* que impôs à instituição militar obrigações. Estabelecer taxativa e explicitamente que as Forças Armadas são uma instituição apolítica e, ao mesmo tempo, terem como objetivo fundamental a manutenção da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis seria um contrassenso. Não se pode ser apolítico se há como objetivo fundamental a manutenção da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis. O problema da estabilidade interna e o cumprimento da constituição e das leis é um problema tipicamente político do Estado moderno. O mais grave é que na Constituição de 1961 se institui o germe da mais pura estirpe pretoriana da moderna democracia venezuelana, já que a estabilidade política e o cumprimento da constituição e das leis são um problema militar. Estes são assuntos da mais pura e absoluta competência do poder político civil, que introduziu na instituição das forças armadas na luta pelo poder político venezuelano. <sup>38</sup>

Na Venezuela, o papel político que tinham os militares como atores na democracia, estava implicitamente fixado no Pacto de Punto Fijo e na Constituição de 1961. É limitado a estabelecer que o sistema de controle civil se basearia centralmente, por uma parte, na figura do Presidente da República e, em outra, na manutenção de uma profunda divisão administrativa entre as forças militares. Da mesma forma, permitiu um exagerado grau de autonomia e uma abusiva intervenção em política.

Como consequência de tudo isso, a ameaça pretoriana para a democracia e a sociedade, com seus avanços e retrocessos, esteve historicamente presente, o que impediu a consolidação definitiva de um controle civil institucional sobre os militares.

Conforme bem aponta Wolkmer e Fagundes o Estado na América Latina abrange uma estrutura de múltiplos aspectos e que, por sua complexidade, torna-se difícil

---

<sup>38</sup> CASTILLO, Hernan. Historia y Teoría Política sobre las relaciones civiles y Militares Venezolanas. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Pretorianismo venezolano del siglo XXI: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas.** Caracas Universidad Católica Andrés Bello, 2007. p. 35-109, p. 74.

fixar um único paradigma, o que tem levado a diversas interpretações de um fenômeno estudado classicamente como *Estado Oligárquico* (Torcuato Di Tella, Gino Germani, Octavio Ianni, Francisco Weffort), *Estado de Capitalismo Dependente* (Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto, Anibal Quijano etc.), *Estado do Subdesenvolvimento Capitalista* (Theotônio dos Santos, Rui M. Marini, André Gunder Frank etc.), *Estado Pretoriano ou Militar* (Samuel Huntington, Alain Rousquié), *Estado Patrimonialista ou Burocrático-estamental* (Raymundo Faoro, Simon Schwartzman), *Estado Autoritário-Burocrático* (Guillermo O'Donnell, David Collier etc.), *Estado Corporativo* (Alfred Stepan, Howard J. Wiarda, Philippe C. Schmitter), Estado Plurinacional (Alberto Acosta, Alvaro Garcia Linera, Catherine Walsh), etc.<sup>39</sup>

Na Venezuela com Hugo Chávez e depois Nicolas Maduro o Socialismo do Século XXI não chegou a instituir de forma clara um Estado Plurinacional ao contrário o clientelismo predominou, excluindo setores da sociedade mantendo privilégios aos militares a partir de um Estado autoritário - militarista.

Recentemente membros da Conferência Episcopal Venezuelana dialogam com o Vaticano para tentar encontrar uma solução negociada com o governo de Nicolas Maduro no sentido de permitir mais espaços para a oposição. O governo não cede em admitir que falhou por completo na administração do Estado. De forma autoritária convocou uma assembleia constituinte considerada nebulosa, colocando em dúvida a própria constituição instituída por seu antecessor. A proposta está sendo questionada até pela própria Procuradora Geral da República Luisa Ortega Díaz, diga-se fiel, ao chavismo. A mesma aponta violação dos avanços dos direitos humanos, à legalidade administrativa, ao direito e ao sufrágio, à legalidade do voto e ao princípio da soberania constitucional. O governo de Nicolas Maduro já havia eliminado a independência dos poderes na Venezuela tornando o judiciário um mero apêndice do Executivo.

---

<sup>39</sup> WOLKMER, A; FAGUNDES, L. Para um Novo Paradigma de Estado Plurinacional na América Latina. Em **Estudos Jurídicos Novos**, Disponível em: [www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos), vol.18, n.2, p.329-342, 2013, p. 331.

Ao chegar ao poder Hugo Chávez implementou mudanças com reformas constitucionais. Por trás das reformas havia um objetivo político que necessitava de bases legais que permitiam as mudanças na normativa jurídica, facilitando, assim, o trabalho para instituir uma nova legislação militar que sustentasse sua legitimidade a partir de um regime democrático.

Observamos que grande parte das modificações que foram introduzidas na legislação militar foram orientadas a mudar o papel fundamental de ser uma instituição apolítica de dedicação exclusiva à defesa e segurança da nação. É dado aos militares um papel protagônico em matéria política, social e econômica com uma intervenção em assuntos internos de total ingerência e domínio civil em nível de tomada de decisões e da condução da política de Estado. Isto tudo converte os militares como instituição orientadora da sociedade e de tomada de decisões no mais alto nível do Estado com todas as repercussões que isso implica.

É importante ressaltarmos que a subordinação da instituição militar ao poder civil, não simplesmente o papel do presidente como comandante em chefe das forças armadas, mas também, o papel do parlamento na sua função de controle e supervisão do setor de defesa, como um componente do poder executivo, através de uma instituição independente do Estado, tem seu fundamento no princípio da balança de poder e prestação de contas ao máximo organismo representativo do poder popular, quer dizer, os legítimos representantes do povo.

Nicolas Maduro conseguiu quebrar o que há de mais elementar em termos de checks and balances em um sistema democrático. A partir do momento em que ignorou por completo outro braço do poder estatal como a ouvida do parlamento, que a partir de 2015 tinha a oposição como maioria afundou com os últimos resquícios de legitimidade democrática do governo.

Para Clovis Rossi a tendência autoritária ficou ainda mais clara a partir do bloqueio de um referendo revogatório e o adiamento de eleições regionais no ano passado perpassando ainda a retirada dos poderes do parlamento e da ainda mais

surpreendente convocação de uma Assembleia Constituinte de maneira considerada inconstitucional.<sup>40</sup>

O governo então dito como progressista na Venezuela, particularmente, que se dizia aprofundar a democracia promovendo reformas, o emprego do populismo como estratégias de controle de corte radical para impor a chamada democracia participativa em substituição à democracia representativa e o papel dos militares como garantidores do processo democrático abalam as instituições democráticas desse país.

As mudanças na legislação que que instituíram um novo papel para as forças armadas já a partir do governo Hugo Chávez produziram uma completa distorção no corpo de oficiais educados e que se desenvolveram em uma sociedade democrática representativa com valores e princípios que foram alterados, criando, assim confusão no pensamento sobre noção de força militar e seu papel em uma sociedade democrática.<sup>41</sup> Esses exemplos são identificados na Venezuela em decisões do governo de implementar slogans como "*socialismo, pátria ou morte*". A confusão no corpo de oficiais gera divisões internas por motivos de pensamento político, ao introduzirem o debate ideológico na instituição.<sup>42</sup>

As relações civis–militares instituídas no projeto bolivariano trouxeram importantes mudanças. A participação política não é canalizada pelas instituições tradicionais da democracia – os partidos políticos – ainda que a revolução conte com partidos políticos oficialistas, como o Movimento Quinta República (MVR), cujo presidente é o próprio mandatário nacional, assim como outras organizações

---

<sup>40</sup> ROSSI, C. Ativistas de esquerda veem Venezuela como regime autoritário. Em **Folha de São Paulo**, 14 de junho de 2017 Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/folha-de-spaulo/20170614/281784219078032>

<sup>41</sup> Esses exemplos são identificados na Venezuela em decisões do governo de implementar slogans como "*socialismo, pátria ou morte*". A confusão no corpo de oficiais gera divisões internas por motivos de pensamento político, ao introduzirem o debate ideológico na instituição (SAAVEDRA, B., 2009, p.129).

<sup>42</sup> SAAVEDRA, Boris. El populismo radical em América Latina y su implicância em el sector de defensa. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. **Problemas militares venezolanos: FANB y democracia em los inicios del siglo XXI**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009, p.129.

partidárias como o Pátria para Todos (PPT) e partidos menores de estruturas frágeis.

O “bolivarianismo” como ideologia é difícil de ser compreendido. Seu principal inspirador, durante o primeiro ano de governo, citava Tony Blair, Neruda, Napoleão, De Gaulle e em várias oportunidades afirmava que não era marxista e sim bolivariano. Chávez, durante muito tempo, alimentou uma visão de si mesmo como homem predestinado.<sup>43</sup>

Há diversas opções políticas que compõem a ideologia bolivariana que se converte a uma espécie de neopopulismo. Seria uma “árvore sustentada em três raízes” (Simon Bolívar, Simon Rodriguez e Ezequiel Zamora)<sup>44</sup> presentes no imaginário popular venezuelano e, da mesma forma, na controvertida influência do sociólogo revisionista argentino Norberto Ceresole, defensor da ideia da relação entre “caudilho - exército - povo”.<sup>45</sup>

Atualmente, na Venezuela bolivariana, a participação política é canalizada fundamentalmente através dos programas sociais, altamente trabalhados politicamente nas múltiplas *Missiones* em grande parte promovida pelas próprias forças armadas.

As *Missiones* procuram reparar as deficiências do Estado venezuelano via Forças Armadas. É considerado um dispositivo constitucional, quase ad hoc, mediante o qual o governo pretende influir, na forma de choque, em áreas relacionadas com educação, alimentação, saúde e nas funções básicas de redistribuição (em relação às instituições do Estado que se mostram impotentes). As Missões, que deveriam

---

<sup>43</sup> REID, Michael. **O continente esquecido**: a batalha pela alma Latino-Americana. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007, p. 180.

<sup>44</sup> O que se chama de árvore de três raízes na concepção ideológica do bolivarianismo no que concerne a Ezequiel Zamora remete à figura do general do povo soberano e da unidade cívico-militar; a Simon Rodriguez, o professor de Bolívar, o sábio da educação popular, da liberdade, e da igualdade; e Simon Bolívar no seu planejamento de igualdade e liberdade e sua visão geopolítica de integração da América Latina (LANGUE, 2009, p. 195).

<sup>45</sup> (LANGUE, Frederique. ¿Encanto populista o revolución continental? el proyecto bolivariano de Hugo Chávez entre dos siglos. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. **Problemas militares venezolanos**: FANB y Democracia em los inicios del siglo XXI. p.151.

ter um caráter transitório, estão se convertendo em mecanismos cada vez mais duradouros e permanentes, sem que sejam formalizadas ou substituídas pela institucionalidade regular, com carência e descontroles públicos (sociais e estatais). Com isso, o Estado debilita-se mais, já que ainda não se consegue realizar a redistribuição com a eficiência requerida para diminuir substancialmente a desigualdade.<sup>46</sup>

A análise desenvolvida até o momento na Venezuela aponta para uma realidade irrefutável desde o ponto de vista histórico, no caso venezuelano, desde o próprio início da vida republicana no século XIX até nossos dias. Inclui-se atualmente a experiência bolivariana iniciada por Hugo Chávez Frias a partir de 1992 até os dias atuais. É o setor militar quem tem supremacia sobre os civis no que diz respeito à gerência política da sociedade, sendo o setor militar o que constitui o fator básico do poder público, o que é ingênuo pensar que exista um controle civil consolidado. Os setores progressistas latino americanos não podiam ter silenciado por longo tempo a devida crítica a esse tipo de modelo. O número de prisões de ativistas por militares aumenta a cada ano na Venezuela.<sup>47</sup>

A Venezuela continua a enfrentar um dilema particular no sentido de estabelecer autoridade política. O regime não é mais democrático nem puramente revolucionário. A revolução pregada no início pelo líder da nação começou como um forte apelo a democracia, mas gradualmente se moveu em direção a um governo concentrado e autoritário dando mais ênfases em objetivos revolucionários e com poucos controles democráticos.

O projeto bolivariano se perdeu por completo por favorecer um alto grau de centralização e outorga de importantes atribuições ao executivo nacional concentrados na figura do Presidente da República. Atualmente partidos políticos institucionalizados de forma frágil exibem importantes características operacionais

---

<sup>46</sup> SANJUAN, Ana Maria. Claros-escuros bolivarianos. **Le Monde Diplomatique** – Brasil, São Paulo, n. 3, 2007, p.12.

<sup>47</sup> Segundo a Folha de São Paulo, dados apontam para mais de 160 ativistas presos no país e que estão sendo julgados por tribunais militares. (ROSSI, 2017)

que contrastam com aquelas dispostas por sistemas de partidos altamente institucionalizados. O anterior tende a ser mais personalista, menos estável e mais condutivo a movimentos populistas, além de mais voláteis. Sistemas de partidos políticos institucionalizados de forma frágil também diminuem a capacidade dos votantes em forçar o *accountability* dos eleitos e, devido ao alto grau de volatilidade, aumentar os níveis de insegurança entre os atores sociais, políticos e econômicos. A fraca institucionalidade dos partidos políticos enfraquece a capacidade da democracia em resistir a um deslize em direção ao autoritarismo<sup>48</sup>.

O governo de Nicola Maduro aprofundou ainda mais essa fragilidade. A intenção persistente de identificar o projeto bolivariano como uma versão renovada do socialismo, ou o socialismo do século XXI, estabelecida nos discursos do Presidente da República desde Hugo Chávez se apresenta com inconsistências teóricas e práticas. A questão a saber é se o Socialismo do Século XXI tem suas raízes nas conhecidas teses do marxismo-leninismo ou se é o caso de algumas variantes latino americanas, seja do peruano Haya de la Torre que identifica como o populismo revolucionário. As atitudes políticas do chavismo no poder, em suas manifestações mais relevantes, reproduzem várias características do tradicional populismo latino-americano, particularmente no que se refere ao voluntarismo extremo do líder carismático, de uma parte, e da manipulação paternalista, afetiva ou simbólica, de amplas expectativas populares, por outra fixadas nos discursos de retórica anticapitalista ou anti-imperialista.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> MOLINA, Franklin. La integración andina y la política exterior de Venezuela en dos tiempos: 1972-2002. **Revista Politeia**, Caracas, v. 26, n. 30, p. 182-193, 2003. Disponível em: <[http://www2.bvs.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-97572003000100014&lng=es&nrm=iso](http://www2.bvs.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572003000100014&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 22 out. 2006, p.172.

<sup>49</sup> JIMENEZ, Alfredo Ramos. **El experimento bolivariano: liderazgo, partidos e elecciones**. Mérida: Universidad de los Andes; CIPCOM, 2009, p.249.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais de duas décadas de decadência econômica assim como o aumento da desigualdade social e da própria desarticulação da sociedade venezuelana criaram as condições que facilitariam a completa politização da sociedade venezuelana. O projeto republicano venezuelano conforma as relações sociais e econômicas marcadas por uma tentativa que busca redefinir a estrutura da organização social, que regula as interações dos venezuelanos, através de um esquema permanente de inter-relação entre os presidentes e os seguidores, com uma forte presença do líder robustecida por um profundo populismo.

O atual projeto bolivariano também não conseguiu conformar um movimento hegemônico, deixou de dispor de vastos recursos materiais, políticos e institucionais para governar. Se manifesta uma profunda polarização entre os que o apoiam e os que não lhe dão esse suporte. O panorama se apresenta com uma instabilidade completa acompanhado de um aprofundamento autoritário centralizador ruindo com o projeto republicano.

Conforme já afirmava Petkoff um dos analistas venezuelanos mais críticos ao projeto bolivariano, e que se identificou como pertencente à esquerda democrática na Venezuela, caracterizou o que se passa nesse país como um fenômeno militar-nacionalista que sofreu influência de correntes marxista-leninistas e que instituiu um governo essencialmente personalista com fortes traços de militarismo, messianismo, caudilhismo e autoritarismo, expressadas em discursos com claras ressonâncias do regime fidelista dos anos sessenta e do mito bolivariano que encontra suporte nas massas populares que continuam empobrecidas na Venezuela.<sup>50</sup>

A tentativa do bolivarianismo de tentar constituir instituições que dão visibilidade ao protagonismo popular fracassou. As ideias sobre a transição para o chamado socialismo do século XXI não teve sucesso. O discurso nacionalista de características populistas existente em muitos governos anteriores, provocou

---

<sup>50</sup> PETKOFF, Teodoro. Lãs dos izquierdas. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 197, p. 35-36, maio/jun, 2005.



enfrentamentos com a elite existente explicitando divergências e a radicalização do processo.

Por fim, o projeto republicano venezuelano evolui com inúmeras contradições, em grande parte devido a uma pesada herança do passado, caracterizada pela existência de uma renda petroleira que permitiu, por muito tempo, uma relação clientelista com os setores populares, ao mesmo tempo, que inibiu o crescimento industrial. Como consequência, a inexistência de organizações populares fortes e independentes do Estado. A corrupção endêmica difícil de debelar, as estruturas burocráticas pesadas e pouco permeáveis ao controle social, um militarismo excessivo e à forte centralização das decisões macroeconômicas e de distribuição de recursos públicos são alguns dos tantos entraves para evolução desejada e propagandeada de um país à beira do colapso.

## REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

CASTILLO, Hernan. Historia y Teoria Política sobre las relaciones civiles y Militares Venezolanas. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Pretorianismo venezolano del siglo XXI**: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas. Caracas Universidad Catolica Andres Bello, 2007. p. 35-109.

FIGUEIRA, Ariane. **Introdução a análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GILMORE, Robert L. **Caudillism and militarism in Venezuela, 1810-1910**. Athens: Ohio University Press, 1964.

HOFMEISTER, Wilhelm (Comp.). **Liderazgo político en America Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

IRWIN, Domingo. Clio y las relaciones civiles y militares venezolanas. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Problemas militares venezolanos**: FANB y democracia em los inicios del siglo XXI. Caracas: Universidad Catolica Andres Bello, 2009. p. 07-29.

IRWIN, Domingo. Presentación El pretorianismo venezolano del siglo XXI una perspectiva Historica. In: IRWIN, Domingo; CASTILLO, Hernán; LANGUE, Frederique. **Pretorianismo venezolano del siglo XXI**: ensayo sobre las relaciones civiles y militares venezolanas. Caracas: Universidad Catolica Andres Bello, 2007. p.05-36.

JIMENEZ, Alfredo Ramos. **El experimento bolivariano**: liderazgo, partidos e elecciones. Mérida: Universidad de los Andes; CIPCOM, 2009.

MIRANDA, José Alberto de. Venezuela, Democracia e Militarismo: Uma Análise Crítica. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.13, n.2, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica) - ISSN 1980-7791

KARL, L. Terry. **The paradox of plenty**: oil booms and Petro-states. Los Angeles: University of California Press, 1997.

LANGUE, Frederique. ¿Encanto populista o revolución continental? el proyecto bolivariano de Hugo Chávez entre dos siglos. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. **Problemas militares venezolanos**: FANB y Democracia em los inicios del siglo XXI. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009. p. 133-167.

MAYA, Margarita Lopez; SMILDE, David; STEPHANY, Keta. **Protesta y cultura em Venezuela**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

MCCOY, Johns; MYERS, David. **The unraveling of representative democracy in Venezuela**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

MELEÁN, Rafael Simon Jimenez. **50 anos de política exterior de Venezuela 1908-1958**. Caracas: El Centauro Ediciones, 2006.

MOLINA, Franklin. La integración andina y la política exterior de Venezuela en dos tiempos: 1972-2002. **Revista Politeia**, Caracas, v. 26, n. 30, p. 182-193, 2003. Disponível em: [http://www2.bvs.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-97572003000100014&lng=es&nrm=iso](http://www2.bvs.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572003000100014&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 22 out. 2006.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, democracia e a política externa de Hugo Chavez (1999-2010). 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLMEDA Jose A. **Democracias fragiles**: las relaciones civiles militares em el mundo Iberoamericano. Valencia: Tiront lo Blanch, 2005.

PETKOFF, Teodoro. Lãs dos izquierdas. **Revista Nueva Sociedad**, San Jose, n. 197, p. 35-36, maio/jun. 2005.

REID, Michael. **O continente esquecido**: a batalha pela alma Latino-Americana. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

ROMERO, Maria Teresa. **Política exterior venezolana**: el proyecto democrático, 1959-1999. Caracas: Los Livros el Nacional, 2009.

ROSSI, C. Ativistas de esquerda veem Venezuela como regime autoritário. Em **Folha de São Paulo**, 14 de junho de 2017 Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/folha-de-spaulo/20170614/281784219078032>

SAAVEDRA, Boris. El populismo radical em América Latina y su implicância em el sector de defensa. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frederique; CASTILLO Hernan. **Problemas militares venezolanos**: FANB y democracia em los inicios del siglo XXI. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2009. p. 119-133.

MIRANDA, José Alberto de. Venezuela, Democracia e Militarismo: Uma Análise Crítica. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.13, n.2, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica) - ISSN 1980-7791

SANJUAN, Ana Maria. Claros-escuros bolivarianos. **Le Monde Diplomatique** – Brasil, São Paulo, n. 3, p. 10-12, 2007.

STAMBOULI, Andrés. **La política extraviada**: una historia de Medina a Chavez. Caracas: Fundacion para la Cultura Urbana, 2005.

TRINKUNAS, Harold. **Crafting civilian control of the military in Venezuela**: a comparative perspective. Chapel Hill: North Caroline Press, 2005.

VENEZUELA, Banco Central da Venezuela. **Reservas internacionales del B.C.V.:** serie 1973-1995. Caracas, 2011a. Disponível em: [http://www.bcv.org.ve/excel/2\\_3\\_3.xls?id=82](http://www.bcv.org.ve/excel/2_3_3.xls?id=82). Acesso em: 30 out. 2011.

WOLKMER, A; FAGUNDES, L. Para um Novo Paradigma de Estado Plurinacional na América Latina. Em **Estudos Jurídicos Novos**, Disponível em: [www.univali.br/periódicos](http://www.univali.br/periódicos), vol.18, n.2, p.329-342, 2013.

Recebido em: 24/07/2017

Aprovado em: 21/09/2017